

## ANEXO I – ANEXO DE METAS FISCAIS

Quando se pensa em cenário macroeconômico há de se ter em mente quais são as variáveis importantes que estão inseridas no ambiente e de que maneira isso afeta determinada política pública (quando se trata de setor público).

Desta maneira, há de se entender que os indicadores recentes da atividade econômica sugerem possibilidade de retomada do processo de recuperação da economia brasileira, porém, estes resultados são bastante “tímidos” a curto prazo. Do ponto de vista produtivo, a economia segue operando com um alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e na taxa de desemprego.

Em relação as expectativas de inflação para os anos posteriores, apurada pela pesquisa Focus, encontram-se em níveis razoavelmente baixos quando comparado com o histórico brasileiro. No que tange ao câmbio, as previsões se situam em torno de R\$ 3,75 a R\$ 3,80 para o fim do ano de 2020.

Este cenário de baixa capacidade ociosa e câmbio estável, a depender de situações de políticas econômicas que serão adotadas, sugerem níveis uniformes no ambiente macroeconômico do país, com pouca mudança estrutural na dinâmica produtiva, além de baixas expectativas em relação ao crescimento econômico. Contudo, algumas políticas econômicas voltadas para o controle da área fiscal podem contribuir no processo de recuperação.

**TABELA 1 – CENÁRIO MACROECONOMICO DE REFERÊNCIA**

<b>PLDO – PROJEÇÕES DE PARAMETROS</b>				
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>PIB REAL</b>	0,82%	2,10%	2,50%	2,50%
<b>INFLAÇÃO IPCA</b>	3,80%	3,90%	3,75%	3,50%
<b>Dólar (US\$)</b>	R\$ 3,75	R\$ 3,80	R\$ 3,85	R\$ 3,88
<b>Preço Médio do Barril de Petróleo</b>	R\$ 66,69	R\$ 67,00	R\$ 67,00	R\$ 67,00
<b>Taxa de Juros (Selic)</b>	5,50%	5,75%	7,00%	7,00%
<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>	R\$ 998	R\$ 1.040	R\$ 1.082	R\$ 1.123

Fontes: Boletim Focus 21/06/19 - Banco Central do Brasil, LDO da União

## **Demonstrativo 1 – Metas Anuais**

De acordo com o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem (2020) e para os dois seguintes (2021 e 2022). Para elaboração das projeções foram considerados:

- a) Receitas e despesas primárias sob a ótica de caixa;
- b) Juros ativos (receitas de aplicações financeiras) e juros passivos (incidentes sobre a DCL) por competência;
- c) Estoque da dívida consolidada; e
- d) Haveres financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros).

O demonstrativo a seguir apresenta as metas fiscais para o triênio 2020 a 2022, sendo as metas dos dois últimos anos apenas indicativas da política fiscal do Município. Para obtenção dos valores constantes foi utilizado o IPCA. O Quadro demonstra a consolidação da capacidade de geração de superávits primários pelo município gerando um estoque de dívida líquida negativa o que indica que os haveres financeiros continuarão maiores do que o valor projetado para a dívida consolidada. A expectativa é de que a receita primária se mantenha estável principalmente em função das projeções de transferências de receitas da União originárias da compensação financeira da exploração do petróleo.

**AMF – DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL
	Corrente	Constante	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / RCL)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	68.471.010,40	65.900.876,23	1,08	71.292.874,26	66.136.692,38	1,08	74.254.696,58	66.554.883,12	1,08
Receitas Primárias (I)	68.188.412,40	65.628.885,85	1,07	71.007.450,28	65.871.911,39	1,07	73.966.418,36	66.296.497,81	1,07
Despesa Total	68.084.183,31	65.528.569,12	1,07	70.711.674,81	65.597.527,56	1,07	73.354.249,43	65.747.807,50	1,06
Despesas Primárias (II)	66.884.183,31	64.373.612,43	1,05	69.461.674,81	64.437.932,49	1,05	72.054.249,43	64.582.610,52	1,04
<b>Resultado Primário (III) = (I – II)</b>	<b>1.304.229,09</b>	<b>1.255.273,42</b>	<b>0,02</b>	<b>1.545.775,47</b>	<b>1.433.978,89</b>	<b>0,02</b>	<b>1.912.168,94</b>	<b>1.713.887,28</b>	<b>0,03</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>1.586.827,09</b>	<b>1.527.263,80</b>	<b>0,02</b>	<b>1.831.199,45</b>	<b>1.698.759,88</b>	<b>0,03</b>	<b>2.200.447,16</b>	<b>1.972.272,60</b>	<b>0,03</b>
Dívida Pública Consolidada	4.060.590,46	3.908.171,76	0,06	2.410.590,46	2.236.247,05	0,04	710.590,46	636.906,04	0,01
Dívida Consolidada Líquida	-9.402.412,67	-9.049.482,84	-0,15	-11.413.428,22	-10.587.964,08	-0,17	-13.792.403,00	-12.362.204,84	-0,20
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Base de Dados Prefeitura Municipal de Fundão

## Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO. A tabela informa as metas (em valores e em percentual do PIB e da RCL) para receita (total e primária), despesa (total e primária), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para exercícios passados, à contar especificamente, dois exercícios anteriores (2018) em relação à LDO em questão (2020).

Segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais alguns fatores, tais como o cenário macroeconômico, o desempenho das empresas estatais, as taxas de câmbio e de inflação, devem ser motivo de explanação a respeito dos resultados obtidos.

Assim, a principal finalidade é a de estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2018, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas. Para o cálculo do Resultado Primário utiliza-se a metodologia acima da linha, isto é, o confronto das Receitas Primárias (I) menos as Despesas Primárias (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

### AMF - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	59.496.241,00	106,4%	70.709.314,83	104,1%	11.213.073,83	18,85
Receitas Primárias (I)	58.781.241,00	105,1%	69.166.748,34	101,9%	10.385.507,34	17,67
Despesa Total	63.354.716,94	113,3%	61.169.564,10	90,1%	-2.185.152,84	(3,45)
Despesas Primárias (II)	61.900.910,64	110,7%	59.715.757,80	87,9%	-2.185.152,84	(3,53)
Resultado Primário (III) = (I- II)	-3.119.669,64	-5,6%	9.450.990,54	13,9%	12.570.660,18	(402,95)
Resultado Nominal	0,00	0,0%	993.557,03	1,5%	993.557,03	-
Dívida Pública Consolidada	5.000.000,00	8,9%	7.210.590,46	10,6%	2.210.590,46	44,21
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0%	-6.355.543,02	-9,4%	-6.355.543,02	-

FONTE: Anexo de Metas Fiscais da LDO 2018 e Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Dezembro/2018

### Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes. O mesmo deve explicitar o contexto econômico, demonstrando a memória das metas estipuladas nas últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias, comparando as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores com as metas previstas para a LDO em questão e os dois anos seguintes. A tabela 3 a seguir apresenta as projeção em valores correntes e constantes para o período da qual se trata o Demonstrativo.

#### AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	65.297.000,00	59.496.241,00	-0,09	58.198.210,00	-0,02	68.471.010,40	0,18	71.292.874,26	0,04	74.254.696,58	0,04
Receitas Primárias (I)	63.476.000,00	58.781.241,00	-0,07	54.514.788,00	-0,07	68.188.412,40	0,25	71.007.450,28	0,04	73.966.418,36	0,04
Despesa Total	65.297.000,00	63.354.716,94	-0,03	58.198.210,00	-0,08	68.084.183,31	0,17	70.711.674,81	0,04	73.354.249,43	0,04
Despesas Primárias (II)	64.787.000,00	61.900.910,64	-0,04	53.198.210,00	-0,14	66.884.183,31	0,26	69.461.674,81	0,04	72.054.249,43	0,04
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.311.000,00	-3.119.669,64	1,38	1.316.578,00	-1,42	1.304.229,09	-0,01	1.545.775,47	0,19	1.912.168,94	0,24
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	-7.854.123,00	0,00	1.586.827,09	-1,20	1.831.199,45	0,15	2.200.447,16	0,20
Dívida Pública Consolidada	5.350.000,00	5.000.000,00	-0,07	16.459.852,00	2,29	4.060.590,46	-0,75	2.410.590,46	-0,41	710.590,46	-0,71
Dívida Consolidada Líquida	-10.700.000,00	0,00	-1,00	12.436.791,00	0,00	-9.402.412,67	-1,76	-11.413.428,22	0,21	-13.792.403,00	0,21

Obs. Valores dos resultados primário e nominal de 2019 a 2022 calculados pelo critério acima da linha. Informações de 2017 a 2019 constantes do AMF - LDO.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	70.319.971,73	61.757.098,16	(0,12)	55.825.621,00	(0,10)	65.900.876,23	0,18	66.136.692,38	0,00	66.554.883,12	0,01
Receitas Primárias (I)	68.358.891,30	61.014.928,16	(0,11)	52.292.363,00	(0,14)	65.628.885,85	0,26	65.871.911,39	0,00	66.296.497,81	0,01
Despesa Total	70.319.971,73	65.762.196,18	(0,06)	55.825.621,00	(0,15)	65.528.569,12	0,17	65.597.527,56	0,00	65.747.807,50	0,00
Despesas Primárias (II)	69.770.739,98	64.253.145,24	(0,08)	51.029.458,00	(0,21)	64.373.612,43	0,26	64.437.932,49	0,00	64.582.610,52	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.411.848,68)	(3.238.217,09)	1,29	1.262.905,00	(1,39)	1.255.273,42	(0,01)	1.433.978,89	0,14	1.713.887,28	0,20
Resultado Nominal	-	-	-	(7.533.931,00)	-	1.527.263,80	(1,20)	1.698.759,88	0,11	1.972.272,60	0,16
Dívida Pública Consolidada	5.761.548,75	5.190.000,00	(0,10)	15.788.827,00	2,04	3.908.171,76	(0,75)	2.236.247,05	(0,43)	636.906,04	(0,72)
Dívida Consolidada Líquida	(11.523.097,50)	-	(1,00)	11.843.445,00	-	(9.049.482,84)	(1,76)	(10.587.964,08)	0,17	(12.362.204,84)	0,17

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Data da emissão 06/08/2019. Valores deflacionados pelo IPCA.

## Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Município, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

a) **Patrimônio/Capital Social:** Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

b) **Reservas:** Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

c) **Resultados Acumulados:** Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

**AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
Reservas	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
Resultado Acumulado	R\$ 102.980.113,27	100%	R\$ 104.120.765,53	100%	R\$ 113.073.221,72	100%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 102.980.113,27</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 104.120.765,53</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 113.073.221,72</b>	<b>100%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Patrimônio	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
Reservas	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 8.336.540,12	100%	R\$ 389.593,64	100%	R\$ 872.203,84	100%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.336.540,12</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 389.593,64</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 872.203,84</b>	<b>100%</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Data da emissão 05/08/2019



## Demonstrativo 5 – Origem E Aplicação Dos Recursos Obtidos Com A Alienação De Ativos

Em conformidade com o inciso III do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo abaixo destina-se à demonstração da evolução do saldo financeiro oriundo de alienação dos ativos, definido como o saldo de transferências a terceiros do domínio de ativos pertencentes ao ente da Federação, e qual têm sido o seu destino ao longo dos anos.

O propósito maior é garantir que a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público não esteja sendo direcionada ao financiamento de despesa corrente, salvo exceções destinadas por lei ao RGPS ou aos RPPS. Dessa forma, almeja impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas e operacionalizadas por receitas correntes, de forma a evitar que haja uma corrosão gradual do patrimônio público.

### AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>RECEITAS REALIZADAS</u></b>	<b>2018 (a)</b>	<b>2017 (b)</b>	<b>2016 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.630,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.630,00
Alienação de Bens Imóveis			

<b><u>DESPESAS EXECUTADAS</u></b>	<b>2018 (d)</b>	<b>2017 (e)</b>	<b>2016 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<b><u>SALDO FINANCEIRO</u></b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
	<b>(g) = ((Ia – IIId) + IIIh)</b>	<b>(h) = ((Ib – IIe) + IIIi)</b>	<b>(i) = (Ic – IIIf)</b>
VALOR (III)	R\$ 73.630,00	R\$ 73.630,00	R\$ 73.630,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Data da emissão 25/07/2019

## Demonstrativo 6 – Avaliação Da Situação Financeira E Atuarial

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA. Isso porque, conforme aponta o art. 24 da LRF, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5o do art. 195 da Constituição Federal, atendidas ainda as exigências do art. 17.

### AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

#### AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
RECEITAS CORRENTES (I)	1.928.693,16	2.648.319,42	4.408.243,00	6.976.374,50
Receita de Contribuições dos Segurados	760.087,04	754.680,40	1.334.908,70	3.307.933,13
Civil	695.211,45	754.680,40	834.536,44	1.911.940,98
Ativo	695.211,45	754.680,40	834.536,44	1.911.940,98
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	398.273,03	590.996,25	2.124.701,34	1.776.805,61
Civil	322.771,57	364.525,14	1.695.445,60	1.776.805,61
Ativo	322.771,57	364.525,14	1.695.445,60	1.776.805,61
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	75.501,46	226.471,11	429.255,74	1.356.417,00
Receita Patrimonial	698.909,38	1.080.361,65	781.940,42	1.356.417,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	698.909,38	1.080.361,65	781.940,42	1.356.417,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	64.875,59	0,00	500.372,26	1.395.992,15
Outras Receitas Correntes	71.423,71	222.281,12	166.692,93	535.218,76
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	55.458,73	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	15.964,98	222.281,12	166.692,93	535.218,76
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>1.928.693,16</b>	<b>2.648.319,42</b>	<b>4.408.243,39</b>	<b>6.976.374,50</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
ADMINISTRAÇÃO (IV)	358.540,05	349.255,71	416.562,94	498.326,34
Despesas Correntes	358.540,05	349.255,71	416.562,94	498.326,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	1.562.422,46	1.925.274,04	2.438.178,13	2.730.255,71
Benefícios - Civil	1.562.422,46	1.925.274,04	2.438.178,13	2.730.255,71
Aposentadorias	1.209.737,37	1.512.226,36	1.909.227,09	2.212.239,41
Pensões	229.628,52	272.532,53	258.844,79	223.787,02
Outros Benefícios Previdenciários	123.056,57	140.515,15	270.106,25	294.229,28
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.920.962,51</b>	<b>2.274.529,75</b>	<b>2.854.741,07</b>	<b>3.228.582,05</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>7.730,65</b>	<b>373.789,67</b>	<b>1.553.502,32</b>	<b>3.747.792,45</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR				
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR				
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.288.129,53	4.545.096,07	5.957.769,99	9.277.576,46
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				

<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)</b>
2019	5.373.712,65	3.308.721,25	2.064.991,40	15.430.141,91
2020	5.917.867,67	3.460.225,03	2.457.642,64	17.887.784,55
2021	6.472.368,43	3.561.711,29	2.910.657,14	20.798.441,69
2022	7.037.367,42	3.602.925,70	3.434.441,72	24.232.883,41
2023	7.613.019,14	4.657.413,86	2.955.605,28	27.188.488,69
2024	8.464.852,20	4.893.947,35	3.570.904,85	30.759.393,54
2025	8.549.500,73	5.179.480,61	3.370.020,12	34.129.413,66
2026	8.634.995,73	5.316.191,77	3.318.803,96	37.448.217,62
2027	8.721.345,69	5.428.009,96	3.293.335,73	40.741.553,35

2028	8.808.559,15	6.627.065,15	2.181.494,00	42.923.047,35
2029	8.896.644,74	6.908.958,52	1.987.686,22	44.910.733,57
2030	8.985.611,19	7.536.290,92	1.449.320,27	46.360.053,84
2031	9.075.467,30	8.162.235,40	913.231,90	47.273.285,74
2032	9.166.221,97	8.262.787,93	903.434,04	48.176.719,78
2033	9.257.884,19	8.437.461,91	820.422,28	48.997.142,06
2034	9.350.463,03	8.537.798,09	812.664,94	49.809.807,00
2035	9.443.967,66	8.638.116,20	805.851,46	50.615.658,46
2036	9.538.407,34	9.702.208,34	-163.801,00	50.451.857,46
2037	9.633.791,41	10.590.007,68	-956.216,27	49.495.641,19
2038	9.730.129,33	11.006.259,41	-1.276.130,08	48.219.511,11
2039	9.827.430,62	11.174.568,67	-1.347.138,05	46.872.373,06
2040	9.925.704,93	11.367.380,35	-1.441.675,42	45.430.697,64
2041	10.024.961,98	11.584.630,08	-1.559.668,10	43.871.029,54
2042	10.125.211,60	11.677.997,13	-1.552.785,53	42.318.244,01
2043	10.226.463,71	11.919.605,14	-1.693.141,43	40.625.102,58
2044	10.328.728,35	12.086.684,51	-1.757.956,16	38.867.146,42
2045	10.432.015,63	12.261.600,45	-1.829.584,82	37.037.561,60
2046	10.536.335,79	12.484.799,86	-1.948.464,07	35.089.097,53
2047	10.641.699,15	12.608.393,71	-1.966.694,56	33.122.402,97
2048	4.579.301,39	12.706.892,21	-8.127.590,82	24.994.812,15
2049	4.625.094,40	12.755.895,60	-8.130.801,20	16.864.010,95
2050	4.671.345,34	12.755.774,94	-8.084.429,60	8.779.581,35
2051	4.718.058,80	12.854.425,21	-8.136.366,41	643.214,94
2052	4.765.239,38	12.878.991,00	-8.113.751,62	-7.470.536,68
2053	4.812.891,78	12.977.554,54	-8.164.662,76	-15.635.199,44
2054	4.861.020,70	13.002.034,02	-8.141.013,32	-23.776.212,76
2055	4.909.630,90	13.162.517,26	-8.252.886,36	-32.029.099,12
2056	4.958.727,21	13.323.984,65	-8.365.257,44	-40.394.356,56
2057	5.008.314,48	13.486.447,23	-8.478.132,75	-48.872.489,31
2058	5.058.397,63	13.649.916,16	-8.591.518,53	-57.464.007,84
2059	5.108.981,61	13.814.402,70	-8.705.421,09	-66.169.428,93
2060	5.160.071,42	13.979.918,23	-8.819.846,81	-74.989.275,74
2061	5.211.672,14	14.146.474,23	-8.934.802,09	-83.924.077,83
2062	5.263.788,86	14.314.082,31	-9.050.293,45	-92.974.371,28
2063	5.316.426,75	14.482.754,17	-9.166.327,42	-102.140.698,70
2064	5.369.591,01	14.652.501,65	-9.282.910,64	-111.423.609,34
2065	5.423.286,92	14.823.336,69	-9.400.049,77	-120.823.659,11
2066	5.447.519,79	14.995.271,35	-9.547.751,56	-130.371.410,67
2067	5.532.294,99	15.168.317,80	-9.636.022,81	-140.007.433,48
2068	5.587.617,94	15.342.488,36	-9.754.870,42	-149.762.303,90
2069	5.643.494,12	15.517.795,43	-9.874.301,31	-159.636.605,21
2070	5.699.929,06	15.694.251,56	-9.994.322,50	-169.630.927,71
2071	5.756.928,35	15.871.869,42	-10.114.941,07	-179.745.868,78
2072	5.814.497,64	16.050.661,79	-10.236.164,15	-189.982.032,93
2073	5.872.642,61	16.230.641,59	-10.357.998,98	-200.340.031,91
2074	5.931.369,04	16.411.821,86	-10.480.452,82	-210.820.484,73
2075	5.990.682,73	16.594.215,77	-10.603.533,04	-221.424.017,77
2076	6.050.589,56	16.777.836,62	-10.727.247,06	-232.151.264,83
2077	6.111.095,45	16.962.697,84	-10.851.602,39	-243.002.867,22
2078	6.172.206,41	17.148.812,99	-10.976.606,58	-253.979.473,80
2079	6.233.928,47	17.336.195,78	-11.102.267,31	-265.081.741,11
2080	6.296.267,75	17.365.009,89	-11.068.742,14	-276.150.483,25
2081	6.359.230,43	17.555.657,99	-11.196.427,56	-287.346.910,81
2082	6.422.822,74	17.747.612,66	-11.324.789,92	-298.671.700,73
2083	6.487.050,96	17.940.888,14	-11.453.837,18	-310.125.537,91
2084	6.551.921,47	18.135.498,85	-11.583.577,38	-321.709.115,29
2085	6.617.440,69	18.331.459,31	-11.714.018,62	-333.423.133,91
2086	6.683.615,09	18.528.784,21	-11.845.169,12	-345.268.303,03
2087	6.750.451,25	18.727.488,37	-11.977.037,12	-357.245.340,15

2088	6.817.955,76	18.927.586,76	-12.109.631,00	-369.354.971,15
2089	6.886.135,32	19.129.094,51	-12.242.959,19	-381.597.930,34
2090	6.954.996,67	19.332.026,87	-12.377.030,20	-393.974.960,54
2091	7.024.546,64	19.536.399,28	-12.511.852,64	-406.486.813,18
2092	7.094.792,10	19.742.227,28	-12.647.435,18	-419.134.248,36
2093	7.165.740,02	19.949.526,62	-12.783.786,60	-431.918.034,96
2094	7.237.397,42	20.158.313,16	-12.920.915,74	-444.838.950,70

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão.

## Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação Da Renúncia De Receita

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas. O mesmo é composto pelos tributos para os quais estão previstas renúncias de receita, destacando-se a modalidade da renúncia, os setores, programas ou beneficiários a serem favorecidos, a previsão da renúncia para o ano de referência da LDO e para os dois exercícios seguintes, além das medidas de compensação pela perda prevista de receita com a renúncia.

Por definição, renúncia fiscal é uma isenção tributária que, de maneira legal, permite a não incidência de determinado tributo em sua hipótese, regulamentada na LRF. Significa, na prática, que o governo abre mão de parte de determinado percentual cobrado do setor comercial ou industrial, programa de governo ou, ainda, a um beneficiário individual (Pessoa Física ou Jurídica), visando um estímulo econômico ou social. Entre os incentivos fiscais, podem-se listar:

- a) Anistia;
- b) Remissão
- c) Subsídio
- d) Crédito presumido;
- e) Concessão de isenção em caráter não geral;
- f) Alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições; e
- g) Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

### AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
TOTAL			-	-	-	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

## Demonstrativo 8 – Margem De Expansão Das Despesas Obrigatórias De Caráter Continuado

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado visa ao atendimento do art. 4º, § 2º, inciso V, da LRF, e informa os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

O conceito da DOCC está ligado às Despesas Corrente derivadas de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. A Margem Líquida de Expansão, portanto, equivale ao intervalo saudável de crescimento dessas despesas, vis a vis à um aumento permanente de receita. Define-se como aumento permanente de receita a majoração proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, que seja de competência tributária do Município.

### AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

#### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências Constitucionais (-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) Novas DOCC Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Data da emissão 05/08/2019

## ANEXO II – ANEXO DE RISCOS FISCAIS

### Demonstrativo De Riscos Fiscais E Providências

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, e relacionam-se diretamente com a sua capacidade financeira da Administração Pública, uma vez que pode se tornar insuficiente na eventual ocorrência de potenciais eventos. Nesse contexto, a LRF, com o objetivo de ampliar a transparência na apuração dos resultados fiscais da Administração Pública, estabeleceu que a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, o qual deve levantar os riscos capazes de afetar as metas fiscais do governo, além de informar as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

A LRF dividiu os Riscos Fiscais em dois grupos: Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos, sendo que ambos devem estar acompanhados de suas respectivas medidas de compensação. Adiante serão discriminados os potenciais riscos e as requeridas providências, ambos agregados à suas respectivas metodologias de cálculo.

#### Passivos Contingentes

Por definição, os Passivos Contingentes decorrem de compromissos firmados pelo Governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos para gerar compromissos de pagamento. Segundo o glossário do Tesouro Nacional, os passivos contingentes do governo são definidos como “dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis”, ou seja, é uma possível obrigação cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade ou ainda obrigações que não podem ser estimadas com suficiente segurança.

Portanto, pode-se sintetizar que os Passivos Contingentes representam o Riscos da Dívida, em outras palavras, referem-se a possíveis ocorrências que podem levar ao aumento do estoque da dívida pública.

Dentre os principais Passivos Contingentes, pode-se citar:

- a) **Ações judiciais** em andamento contra o ente federativo nas quais haja a probabilidade de que o ganho de causa venha a ser da outra parte;
- b) **Dívidas em Processo de Reconhecimento**, ou seja, não assumidas formalmente que apresentam probabilidade de serem incorporadas ao passivo;
- c) **Avais e Garantias Concedidas** pelo ente federativo para honrar fianças e avais concedidos em operações de crédito direta ou indiretamente pelo ente federativo a favor de outros entes federativos e entidades dos setores público e privado;
- d) **Assunção de Passivos**, ou, despesas assumidas pelo ente federativo com o objetivo de proteger o cidadão ou sistemas importantes do Mercado contra inadimplências, falências, altos prejuízos, ou garantir a credibilidade desses sistemas frente a fatores agudos adversos;
- e) **Assistências Diversas** com o objetivo de fazer frente a calamidades públicas e que, por não serem recorrentes, não foram planejados. Neste caso, excluem-se, por exemplo, assistências à acidentes em virtude de desastres climáticos corriqueiros, 43 tal como enchentes sazonais, que se entende que devam estar previstas no orçamento elaborado; e
- f) **Outros Passivos Contingentes** que venham a ser identificados, tal como a variação das taxas de juros e de câmbio, que possuem impacto direto sobre as obrigações financeiras, e outras situações incertas ou imprevisíveis.



No que diz respeito ao exercício de 2020, não foram listados riscos concordantes com as definições apontadas, que se enquadram no grupo dos Passivos Contingentes.

### **Demais Riscos Fiscais Passivos**

Essa categoria engloba os demais Riscos Fiscais potenciais, tais como os riscos orçamentários. Por definição, os riscos orçamentários são aqueles que estão relacionados à possibilidade das receitas e despesas projetadas não se confirmarem durante o exercício financeiro, ou seja, dizem respeito à ocorrência de desvios entre as receitas e despesas orçadas. Entre os principais riscos orçamentários, pode-se citar:

a) **Frustração de Arrecadação**, decorrente de, por exemplo, cenários macroeconômicos desfavoráveis não previstos na época da elaboração do Orçamento;

b) **Discrepância de Projeções**. Do ponto de vista da receita, pode afetar por meio da evolução desfavorável de indicadores econômicos empregados na época da elaboração do Orçamento, ou em detrimento da mudança das expectativas no âmbito de curto prazo. Pela ótica da despesa, mudanças institucionais e administrativas podem causar certo desvio quanto à despesa projetada;

c) **Restituição de Tributos a Maior**, referente à probabilidade de vir a ocorrer no exercício, restituições em maior volume do que previamente estimado. Caracteriza-se como restituição o ato de devolver parte dos tributos recolhidos ao cidadão, por ter cobrado indevidamente ou em duplicidade, protagonizado pelo governo; e

#### **d) Demais Riscos Fiscais.**

No que concerne aos demais riscos fiscais, são pautados basicamente riscos orçamentários. O que diz respeito à frustração da arrecadação, será contornado via bloqueio de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 9º da LRF e com o art. 16 desta LDO, previsto em até 2% da Receita Total em Valores Correntes (Demonstrativo 1). Por fim, diagnosticado alguma alteração no panorama econômico que venha a afetar diretamente o desempenho projetado a princípio, serão realizados bloqueios de dotações orçamentárias, também em até 1% da Receita Total em Valores Correntes (Demonstrativo 1). O Demonstrativo único que compõe o Anexo de Riscos Fiscais, exibido logo a seguir, sumariza as informações apresentadas brevemente nesta sessão.

**ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ milhares

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	R\$ 1.369.420,21	Bloqueios Orçamentários de mesma Montante	R\$ 1.369.420,21
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Desequilíbrios Macroeconômicos	R\$ 684.710,10	Bloqueios Orçamentários de mesma Montante	R\$ 684.710,10
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.054.130,31</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.054.130,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.054.130,31</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.054.130,31</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Data da emissão 05/08/2019